

# COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 3.443, DE 2021.

Facilita a doação de percentual do Imposto de Renda da pessoa física para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **Autores:**

Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)

Deputada Leda Sadala (AVANTE/AP)

Deputada Geovania de Sá (PSDB/SC)

Deputada Norma Ayub (DEM/ES)

Deputado Wolney Queiroz (PDT/PE)

Deputada Lídice da Mata (PSB/BA)

Deputada Liziane Bayer (PSB/RS)

Deputada Celina Leão (PP/DF)

Deputada Erika Kokay (PT/DF)

Deputada Major Fabiana (PSL/RJ)

Deputada Carla Dickson (PROS/RN)

Deputada Daniela do Waguinho (MDB/RJ)

Deputada Iracema Portella (PP/PI)

Deputada Leandre (PSD/PR)

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

## I - RELATÓRIO

Cuida-se do Projeto de Lei nº 3.443, de 2021, de autoria da Deputada Paula Belmonte e outros, que tem como objetivo facilitar a doação de pessoas físicas para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, com dedução no imposto de renda.



Como tivemos a honra de relatar previamente esta proposição na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), pedimos vênha para transcrever a seguinte parte do relatório lá apresentado:

*“Propõe-se a inclusão de um novo inciso no art. 260 da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para estabelecer que, mediante requerimento expresso do contribuinte pessoa física, o empregador ou ente público deverá destacar do valor recolhido a título de imposto de renda o percentual previsto no art. 260, II, do ECA, devendo indicar exatamente a quantia a ser doada, que deverá ser repassada ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente Nacional, Estadual, Distrital ou Municipal indicado pelo doador.*

*O repasse dos valores ao Fundo indicado será efetuado mensalmente, após o recolhimento do imposto retido na fonte. O pedido produzirá efeito no mês seguinte ao seu requerimento e cessará, também mediante pedido do contribuinte, no mês seguinte ao requerimento. O valor descontado será depositado mensalmente na conta do Fundo indicado pelo contribuinte. Competirá ao empregador público ou privado fazer constar do informe de rendimentos do funcionário que a doação foi realizada ao Fundo indicado.*

*Em sua declaração de imposto de renda, deverá o contribuinte explicitar os valores recolhidos na fonte e sua destinação ao Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente indicado, para devolução integral na restituição, regularmente corrigido, observado o limite de 6% do imposto devido. Em caso de desconto a maior, o empregador ficará obrigado à restituição integral no prazo de 10 dias, vedada a reversão dos valores depositados em favor da Receita Federal e do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente indicado.*

*Na Justificação, destacam os autores que o projeto busca incentivar a destinação de recursos para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, que têm como objetivo garantir a prioridade absoluta dos direitos dessa população, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal.*

*Salienta-se que os fundos especiais, como os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, são instrumentos de controle da realização das despesas públicas, que limitam a discricionariedade dos governantes, além de facilitar maior captação de recursos financeiros.*

*A justificativa também destaca a necessidade de atender aos postulados do Plano Nacional de Promoção, Proteção e*



*Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, bem como do Plano Nacional pela Primeira Infância, além de financiar as ações previstas na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).*

*No contexto atual, entende-se que a dedução para a pessoa física é complicada e burocrática, o que desestimula os contribuintes. Portanto, o projeto busca simplificar esse processo para que as doações tenham efetividade na proteção e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.*

*Ressalta-se que houve tentativa, por parte da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e Juventude (ABRAMINJ), de adoção de proposta semelhante à das normas contidas no Projeto de Lei, por meio de pedido protocolizado junto ao Ministério da Cidadania e ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, que o encaminhou ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.*

*Contudo, ressalta que as autoridades competentes, do Ministério da Economia e da Receita Federal do Brasil, entenderam que haveria necessidade de alteração legislativa, pois as leis atuais não preveem a possibilidade de dedução mensal das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente na apuração mensal do Imposto de Renda retido na fonte. Nesse posicionamento, ressaltou-se ainda que haveria a necessidade de solução do conflito no caso de o empregador deduzir valor a maior ou menor do que o desejado pelo contribuinte ou para a situação em que o limite de dedução anual vir a ser menor que o somatório dos valores doados durante o ano. Para essa situação, ressaltou-se que o Projeto prevê que deverá ser respeitado o limite de 6% do imposto devido, inexistindo possibilidade de devolução de quantias excedentes.*

*O Projeto foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme art. 24, inciso II, e art. 151, inciso III, ambos do RICD.*

*Após a edição da Resolução da Câmara dos Deputados nº 1, de 2023, que criou a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e a Comissão de Saúde, a proposição foi redistribuída à última, em substituição à CSSF.*



*Contudo, foi deferido requerimento de redistribuição da CSAUDE à CPASF, em despacho datado de 10/05/2023.*

*Dessa forma, deverão analisar a proposição as Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).”*

A CPASF registra a apresentação de cinco emendas por esta Relatoria.

As Emendas de Relator (EMR) nºs 1 CPASF, 2 CPASF e 4 CPASF sugerem dois ajustes na proposta de nova redação para o art. 260 do ECA. O primeiro ajuste busca afastar qualquer dúvida sobre a possibilidade de doações inferiores ao limite percentual indicado no art. 260, II, do ECA. Isso porque o inciso III do art. 260 da proposta indica que o empregador ou ente público deverão destacar do valor recolhido a título de imposto de renda “o percentual previsto no art. 260, II, do ECA”, ou seja, 6% do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual; mas, em seguida, dispõe-se que o requerente deverá indicar “exatamente a quantia a ser doada”, o que é repetido na alínea “b”.

O segundo ajuste consiste em transformar o inciso III do art. 260 do ECA em § 6º, com desdobramento em incisos, em conformidade com o inciso II do art. 10 da Lei Complementar nº 95, de 1998, considerando que o dispositivo não tem por objetivo o estabelecimento de limites para doações aos referidos fundos, tema dos incisos do *caput* do art. 260.

As EMRs nºs 3 CPASF e 5 CPASF procuram incluir cláusula de vigência, em observância ao inciso III do art. 3º e art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Ao apreciar a matéria em 8 de agosto de 2023, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.443, de 2021, com duas emendas, nos termos do Parecer desta Relatoria.

Registre-se que a Emenda Adotada pela Comissão (EMC-A) 1 CPASF tem teor idêntico ao das EMRs nºs 2 CPASF e 4 CPASF e que a EMC-A 2 CPASF tem teor idêntico ao das EMRs nºs 3 CPASF e 5 CPASF.



Na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), foi apresentada a Emenda na Comissão (EMC) 1/2023 CFT, que trata da opção do contribuinte por fazer doações a fundos específicos ao preencher sua Declaração de Ajuste Anual (DDA) e da obrigação de a União fazer o repasse do valor solicitado pelo contribuinte no prazo de 30 dias após o encerramento do prazo de entrega da declaração.

Em 30 de agosto de 2023, apresentamos o Parecer da Relatora nº 1 CFT, que não foi apreciado por acordo do Colegiado.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

A proposição possibilita a dedução das doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente na apuração da base de cálculo mensal do IRRF. A previsão atual é de dedução do imposto devido na DAA. A soma das deduções permanece limitada a seis por cento do valor devido do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas, nos termos do art. 260, inciso II, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995.

Dessa forma, o PL nº 3443, de 2021, as Emendas Adotadas nºs 1 e 2 da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância,



Adolescência e Família e Emenda nº 1 da Comissão de Finanças e Tributação não impactam as receitas totais da União, além do potencialmente previsto na legislação vigente, podendo ser considerados de caráter normativo, sem implicação orçamentário-financeira em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública federal.

Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que *importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública* estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária. Em adição, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve *concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não*.

Quanto ao mérito, não restam dúvidas de que o projeto merece nossa aprovação.

Como ficou consignado em nosso voto na CPASF, o Projeto de Lei nº 3.443, de 2021, visa simplificar o processo de doações de pessoas físicas para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a possibilidade de dedução no imposto de renda. A ideia é que, mediante um requerimento expresso do contribuinte, o empregador ou ente público seja responsável por destacar do valor recolhido a título de imposto de renda o percentual estabelecido no art. 260, II, do ECA. Além disso, a proposta determina que o contribuinte indique claramente a quantia a ser doada, a qual será destinada ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, conforme a escolha do doador.

A Constituição, em seu artigo 227, garante uma prioridade absoluta aos direitos das crianças e adolescentes, englobando o direito à vida, saúde, alimentação e educação. Essas garantias devem ser asseguradas por meio de um esforço conjunto da família, sociedade e Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, torna essa diretriz constitucional mais concreta, estabelecendo a primazia na formulação e execução das políticas sociais, bem como a destinação preferencial de recursos públicos (conforme o artigo 4º, parágrafo único, alíneas “c” e “d”).





aumentar os recursos direcionados a esse grupo de pessoas, os quais têm se mostrado insuficientes.

Com efeito, um estudo conduzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstrou que o Brasil destinou, entre 2016 e 2019, apenas 3,2% dos recursos públicos federais para crianças e adolescentes e enfatizou a necessidade de priorizar políticas voltadas para essa parcela da população, conforme registramos no nosso Parecer apresentado perante a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.<sup>4</sup>

Dessa forma, são inegáveis a pertinência e a importância do Projeto de Lei nº 3.443, de 2021, que visa facilitar as doações para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. O alinhamento dessa proposta com os princípios constitucionais e os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente reflete a necessidade imperativa de assegurar os direitos fundamentais dessa parcela da sociedade. A imensa distância entre o potencial de arrecadação e os valores efetivamente angariados aponta para a relevância de simplificar e incentivar esse processo, tornando-o mais acessível e atrativo para os doadores. Ao reduzir a burocracia e permitir a destinação consciente dos recursos, a proposição abre caminho para uma maior participação da sociedade na construção de políticas públicas eficazes. Diante da constatação de que os investimentos públicos ainda não atingem patamares adequados, é premente a implementação de mecanismos que canalizem recursos para essa causa. Portanto, a aprovação do projeto se revela como uma medida concreta e essencial para a promoção efetiva dos direitos da criança e do adolescente no País, alinhando-se com as diretrizes de organismos internacionais e com a responsabilidade do Estado e da sociedade em construir um futuro mais digno e justo para essa geração.

No que diz respeito ao mérito das emendas, consideramos que as Emendas Adotadas nºs 1 e 2 da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família devem ser aprovadas, uma vez que elas representam melhorias significativas para a proposta em questão. No

<sup>4</sup> O estudo pode ser consultado no seguinte endereço: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-e-ipea-criam-metodologia-para-avaliar-gasto-federal-com-criancas-e-adolescentes>.





entanto, após uma minuciosa revisão da matéria e um amplo diálogo com os membros desta Comissão, decidimos apresentar o Substitutivo que acompanha este Parecer.

O Substitutivo inclui ajustes redacionais e duas modificações em relação ao texto aprovado na CPASF. Primeiramente, sugerimos a limitação da dedução ao imposto apurado por apenas uma das fontes pagadoras, no caso de o contribuinte receber rendimentos de múltiplas fontes. Em segundo lugar, propomos a alteração da cláusula de vigência do projeto, de modo que a lei, produza efeitos a partir do primeiro dia do décimo segundo mês subsequente à sua publicação. Essa mudança proporciona um prazo mais adequado para que empresas e doadores possam se familiarizar com essa nova possibilidade de dedução e a ela se adaptar de maneira mais eficaz.

Quanto à Emenda na Comissão 1/2023 CFT, somos da opinião de que, em que pese a nobre intenção do autor, ela deve ser rejeitada, pois impõe uma obrigação adicional à União que poderia engessar a sistemática de operacionalização do benefício fiscal em tela.

Reiteramos, por fim, o agradecimento ao Sr. Juiz da Infância e Juventude, Dr. Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, pelo ativo empenho para elaboração do presente Projeto de Lei.

Em face do exposto, o voto é pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei nº 3.443, de 2021, das Emendas Adotadas nºs 1 e 2 da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e da Emenda nº 1 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.443, de 2021, e das Emendas Adotadas nºs 1 e 2 da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, na forma do Substitutivo anexo, e pela rejeição da Emenda na Comissão 1/2023 da Comissão de Finanças e Tributação.

Sala da Comissão, em 04 de outubro de 2023.





**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2023-16986



**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.443, DE 2021**

Facilita a doação de percentual do Imposto de Renda da pessoa física para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 260.....

.....

§ 6º Mediante requerimento expresso do contribuinte pessoa física, o empregador ou o ente público deverá destacar do valor retido a título de Imposto de Renda a quantia doada indicada pelo contribuinte, observado o limite percentual previsto no inciso II do *caput* deste artigo, que será repassada pelo empregador ou ente público ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente Nacional, Estadual, Distrital ou Municipal designado pelo doador, mediante destaque após o desconto em folha do Imposto de Renda, com observância dos arts. 260 a 260-L desta Lei e do seguinte:

I – o repasse dos valores ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente indicado será efetuado mensalmente, após o recolhimento do imposto retido na fonte;

II – o pedido do contribuinte, que deve indicar exatamente quanto pretende doar, terá efeito no mês seguinte ao seu requerimento;

III – o repasse do benefício cessará mediante pedido do contribuinte e terá efeito para o mês seguinte ao requerimento;

IV – na hipótese de o contribuinte receber rendimentos de mais de uma fonte pagadora, a dedução de que trata o *caput* deste parágrafo somente poderá ser feita por uma única fonte pagadora;

V – o desconto será depositado diretamente na conta do Fundo indicado pelo contribuinte, observado o art. 260-G desta Lei,



devendo o Fundo beneficiado emitir o recibo em nome do doador;

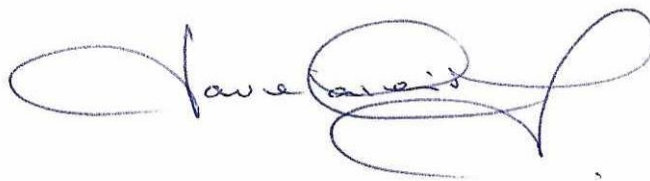
VI – o empregador público ou privado fará constar do Informe de Rendimentos do funcionário que foi realizada a doação ao Fundo indicado;

VII – o contribuinte deve, em sua declaração de Imposto de Renda do ano seguinte, explicitar os valores recolhidos na fonte e que foram vertidos ao Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente indicado, para devolução integral na Restituição, com a incidência da correção regularmente prevista, mas sempre respeitado o limite de 6% (seis por cento) do imposto devido, inexistindo possibilidade de devolução de quantias excedentes a tal limite, ainda que ocorra alteração da base de cálculo; e

VIII - caso o empregador desconte valor superior ao autorizado pelo contribuinte, ficará obrigado à integral restituição no prazo de dez dias, sem possibilidade de reversão dos valores depositados em favor da Receita Federal e do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente indicado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir do primeiro dia do décimo segundo mês seguinte ao de sua publicação.

Sala da Comissão, em 04 de outubro de 2023.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2023-16986

